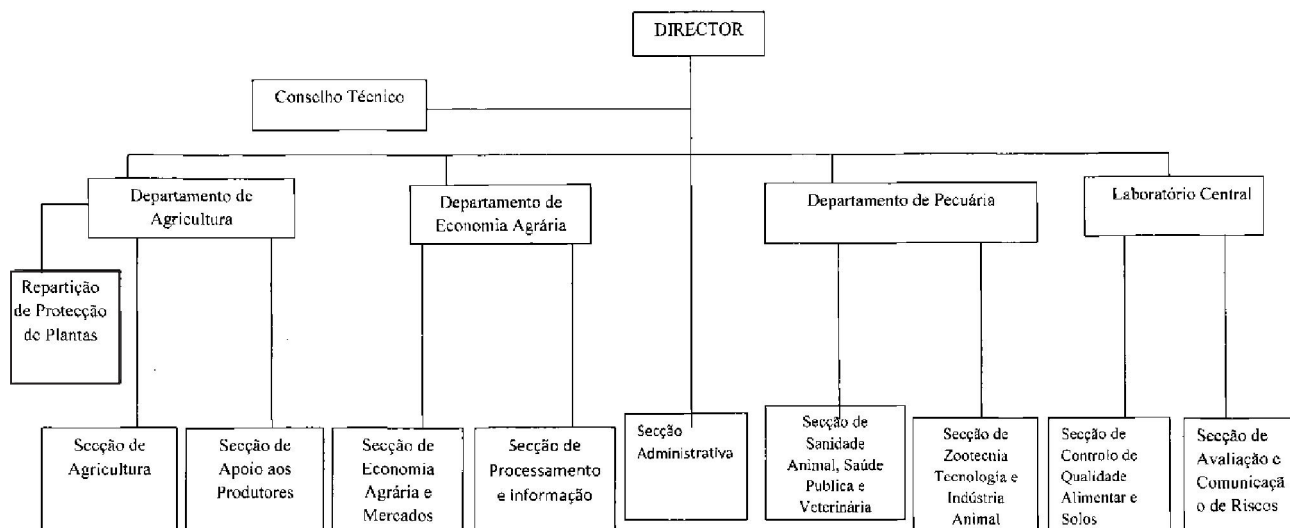


ANEXO II

Organigrama da Direcção Nacional da Agricultura e Pecuária a que se refere o artigo 23.º do regulamento interno que antecede

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Decreto Executivo n.º 180/13
de 30 de Maio

Havendo necessidade de se regulamentar a estrutura e funcionamento da Direcção Nacional de Engenharia Rural a que se refere o artigo 12.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, aprovado por Decreto Presidencial n.º 228/12, de 3 de Dezembro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É aprovado o regulamento interno da Direcção Nacional de Engenharia Rural do Ministério da Agricultura, anexo ao presente Decreto Executivo, do qual é parte integrante.

2.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro da Agricultura.

3.º — O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, de de 2013.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**REGULAMENTO INTERNO DA DIRECÇÃO
NACIONAL DE ENGENHARIA RURAL**

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

ARTIGO 1.º
(Definição)

A Direcção Nacional de Engenharia Rural, abreviadamente designada por «DNER», é o órgão de concepção que se ocupa da elaboração e divulgação de medidas legislativas e normativas, visando a promoção, execução e coordenação de acções tendentes ao aproveitamento agrícola e infra-estruturas no meio rural.

ARTIGO 2.º
(Atribuições)

No âmbito das atribuições estabelecidas no artigo 12.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura incumbe, em especial, a Direcção Nacional de Engenharia Rural:

- elaborar e promover programas, estudos e projectos relativos ao aproveitamento hidroagrícola e de engenharia rural;
- acompanhar a gestão, manutenção e exploração das infra-estruturas hidroagrícolas, assim como as instalações e equipamentos de captação de águas subterrâneas e superficiais no âmbito do Sector;
- estudar e promover o uso de tecnologias intermédias de baixo custo;
- controlar, verificar e homologar o uso de equipamentos de hidráulica e mecanização agrícola;

- e) desempenhar as demais funções que lhe são atribuídas por lei ou por determinação superior.

CAPÍTULO II Organização

ARTIGO 3.º (Estrutura orgânica)

A Direcção Nacional de Engenharia Rural tem a estrutura seguinte:

- a) Direcção;
- b) Conselho de Direcção;
- c) Conselho Técnico;
- d) Departamento de Hidráulica Agrícola;
- e) Departamento de Engenharia Rural;
- f) Departamento de Empreendimentos Hidro-Agrícolas;
- g) Secretariado de Direcção.

ARTIGO 4.º (Direcção)

1. A Direcção Nacional de Engenharia Rural é dirigida por um responsável com a categoria de director nacional ao qual compete, em especial:

- a) orientar e coordenar as actividades da DNER, respondendo por ela de facto e de jure, perante o Ministro da Agricultura;
- b) gerir e prestar contas sobre o património do Ministério da Agricultura afecto à Direcção Nacional de Engenharia Rural;
- c) elaborar e submeter a aprovação do Ministro da Agricultura o plano anual de actividades da Direcção Nacional de Engenharia Rural;
- d) promover a execução do plano nacional de actividades da Direcção Nacional de Engenharia Rural;
- e) submeter a aprovação do Ministro da Agricultura estudos, propostas e pareceres no âmbito das suas atribuições;
- f) elaborar e apresentar o relatório anual das actividades da Direcção Nacional de Engenharia Rural;
- g) representar a Direcção Nacional de Engenharia Rural em todos os encontros e eventos para os quais seja convidado;
- h) elaborar propostas e emitir pareceres sobre a nomeação, promoção, exoneração, avaliação e classificação de quadro de pessoal da Direcção;
- i) submeter a consideração do Ministro da Agricultura os assuntos que careçam de resolução superior;
- j) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. Na ausência ou impedimento, o director é representado ou substituído por um dos chefes de departamento por ele designado.

ARTIGO 5.º (Conselho de Direcção)

1. O Conselho de Direcção é o órgão de apoio consultivo ao director em matéria de gestão, organização e disciplina laboral.

2. O Conselho de Direcção é presidido pelo director e dele fazem parte os chefes de departamento e secção, podendo participar técnicos superiores e outros funcionários convocados pelo director.

3. O Conselho de Direcção reúne-se de forma ordinária trimestralmente e extraordinária quando for necessário, mediante convocatória do director, com a agenda de trabalho estabelecida por este.

ARTIGO 6.º (Conselho Técnico)

1. O Conselho Técnico é o órgão de apoio e consulta multidisciplinar do director ao qual compete, em especial:

- a) analisar, discutir e deliberar sobre propostas para melhor desempenho das actividades da Direcção Nacional de Engenharia Rural;
- b) analisar projectos, planos e relatórios periódicos das actividades da Direcção Nacional de Engenharia Rural;
- c) avaliar o grau de cumprimento dos planos e programas de actividades periódicas dos órgãos da Direcção Nacional de Engenharia Rural.

2. O Conselho Técnico é presidido pelo director e dele fazem parte os chefes de departamento e secção, podendo participar dos seus trabalhos outras entidades e técnicos superiores expressamente convidados ou convocados pelo director.

3. O Conselho Técnico reúne-se de forma ordinária semestralmente e extraordinária sempre que o director o convocar, com a agenda de trabalho estabelecida por este.

ARTIGO 7.º (Departamento de Hidráulica Agrícola)

1. O Departamento de Hidráulica Agrícola é a unidade de serviço da Direcção Nacional de Engenharia Rural encarregue de emitir pareceres e prestar informações em matéria de hidráulica agrícola.

2. Ao Departamento de Hidráulica Agrícola compete, em especial:

- a) preparar planos e perspectivas de médio e longo prazos para o aproveitamento de manchas agrícolas com grande potencial de irrigação;
- b) preparar e implementar o Plano Directório Nacional de Irrigação;
- c) promover e orientar a utilização de sistemas de rega convencionais e tradicionais de baixo custo nas várias regiões do País;
- d) orientar a montagem, construção, utilização e manutenção dos sistemas de rega;
- e) promover o fabrico de equipamentos locais para rega e o abastecimento de água às populações rurais;
- f) recolher e sistematizar todos os dados necessários aos projectos de aproveitamento hidroagrícolas;
- g) propor o estabelecimento de relações com as estruturas que possibilitem o conhecimento científico do País;
- h) licenciar e cadastrar os aproveitamentos hidroagrícolas;

- i)* assegurar, disciplinar e fiscalizar o uso e conservação das águas utilizadas para agricultura;
- j)* propor hidromódulos e preçários de consumo de água para a agricultura;
- k)* acompanhar o processo do pagamento da taxa de água para a agricultura;
- l)* desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

3. O Departamento de Hidráulica Agrícola é dirigido por um responsável com o cargo de chefe de departamento e compreende a estrutura seguinte:

- a)* Secção de Investimento Hidroagrícola;
- b)* Secção de Desenvolvimento Técnico.

ARTIGO 8.º

(Secção de Investimento Hidroagrícola)

1. À Secção de Investimento Hidroagrícola compete, em especial:

- a)* reunir e estudar todos os pedidos de aproveitamento dos recursos hídricos destinados à agricultura e propor a ordem de prioridade para a sua satisfação;
- b)* propor a execução de projectos e obras hidroagrícolas;
- c)* propor a intervenção dos órgãos competentes na elaboração e aprovação dos estudos, projectos e obras de acordo com os programas ou planos aprovados;
- d)* propor medidas necessárias à coordenação da actividade dos vários órgãos encarregue da execução de estudos de projectos e obras;
- e)* desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. A Secção de Investimento Hidroagrícola é dirigida por um responsável com o cargo de chefe de secção.

ARTIGO 9.º

(Secção de Desenvolvimento Técnico)

1. A Secção de Desenvolvimento Técnico compete, em especial:

- a)* inventariar e reunir toda a documentação e todos os dados técnicos e estatísticos disponíveis, referentes a estudos e obras destinadas a utilização de recursos hídricos, mantendo o respectivo arquivo actualizado;
- b)* propor a aquisição da documentação técnica necessária aos trabalhos de rotina inerente ao desenvolvimento do sector, responsabilizando-se pelo intercâmbio técnico e científico com os organismos internacionais similares, pelo funcionamento do arquivo e pela edição de publicações e normas técnicas;
- c)* propor medidas técnicas para a montagem ou construção de sistemas de rega;
- d)* propor a promoção de fabrico de equipamentos locais para a rega e abastecimento de água a população rural;
- e)* emitir pareceres técnicos;
- f)* responsabilizar-se pela aplicação de cálculos automáticos na resolução de problemas técnicos;

- g)* desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. A Secção de Desenvolvimento Técnico é dirigida por um responsável com o cargo de chefe de secção.

ARTIGO 10.º

(Departamento de Engenharia Rural)

1. O Departamento de Engenharia Rural é a unidade de serviço da Direcção Nacional de Engenharia Rural encarregue de elaborar os planos directores de mecanização agrícola, assim como o planeamento e a gestão dos projectos da competência do departamento.

2. Ao Departamento de Engenharia Rural compete, em especial:

- a)* elaborar o plano director de mecanização agrícola do País;
- b)* fazer o planeamento e a gestão de todos os projectos no âmbito das competências do departamento;
- c)* definir e elaborar estudos conducentes a promoção, ao acompanhamento e a fiscalização de projectos de obras agrícolas, de electrificação, construção e abertura de vias terciárias;
- d)* promover o aperfeiçoamento das técnicas de mecanização agrícola através da divulgação do uso de alfaías agrícolas e outros equipamentos;
- e)* elaborar estudo conducente à promoção do uso de tecnologias intermédias adaptáveis de baixo custo;
- f)* acompanhar e fiscalizar trabalhos referentes à captação de águas subterrâneas e superficiais;
- g)* elaborar projectos de infraestruturas de apoio a produção, agro-indústria e hidro-pastorícia;
- h)* homologar o uso de técnicas apropriáveis, visando a conservação dos solos;
- i)* desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

3. O Departamento de Engenharia Rural é dirigido por um responsável com o cargo de chefe de departamento e compreende a estrutura seguinte:

- a)* Secção de Mecanização, Conservação de Solos e Construções Rurais;
- b)* Secção de Estudos e Projectos.

ARTIGO 11.º

(Secção de Mecanização, Conservação de Solos e Construções Rurais)

1. À Secção de Mecanização, Conservação de Solos e Construções Rurais compete, em especial:

- a)* elaborar o plano de mecanização agrícola;
- b)* elaborar estudos sobre a conservação de solos;
- c)* propor e homologar técnicas de mecanização, com a divulgação do uso de alfaías agrícolas e outros equipamentos;
- d)* propor o controlo na verificação e homologação de equipamentos de mecanização agrícola a motor e tracção animal;
- e)* elaborar estudos conducentes a promoção de projectos de pequenas obras hidráulicas, electrificação, construção e abertura de caminhos rurais;

2. A Secção de Mecanização, Conservação de Solos e Construções Rurais é dirigida por um responsável com o cargo de chefe de secção.

ARTIGO 12.º
(Secção de Estudos e Projectos)

1. À Secção de Estudos e Projectos compete, em especial:

- a) estudar e projectar pequenas obras para a hidro-pastorícia e agro-indústria;
- b) elaborar projectos de abastecimento de água às populações rurais;
- c) proceder ao estudo de sistemas de rega;
- d) elaborar o planeamento e a gestão de todos os projectos no âmbito das atribuições do departamento;
- e) elaborar termos de referências e preparar concursos públicos para estudos e projectos de execução de obras inerentes as competências do sector;
- f) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. A Secção de Estudos e Projectos é dirigida por um responsável com o cargo de chefe de secção.

ARTIGO 13.º
(Departamento de Empreendimentos Hidro-Agrícolas)

1. O Departamento de Empreendimentos Hidro-Agrícolas é a unidade de serviço da Direcção Nacional de Engenharia Rural encarregue de traçar as políticas de gestão e manutenção dos empreendimentos hidro-agrícolas no País.

2. Ao Departamento de Empreendimentos Hidro-Agrícolas compete, em especial:

- a) elaborar a política de gestão dos empreendimentos hidroagrícolas e elaborar a inventariação dos mesmos;
- b) apoiar e participar na fiscalização e gestão de recursos hidro-agrícolas e das respectivas infra-estruturas;
- c) proceder a classificação dos empreendimentos hidro-agrícolas do país, de acordo com as normas internacionais ;
- d) proceder a gestão e ao controlo dos programas de investimentos públicos dos empreendimentos do sector;
- e) elaborar os mecanismos de coordenação com as empresas construtoras e/ou projectistas do ponto de vista financeiro e de execução dos projectos a eles inerentes;
- f) acompanhar e assessorar, quando solicitado os trabalhos similares dos competentes órgãos provinciais e/ou regionais;
- g) proceder periodicamente ao estudo e a análise do estado de conservação dos empreendimentos hidro-agrícolas;
- h) elaborar manuais e instrutivos que facilitem a tramitação técnica da gestão e manutenção dos empreendimentos e infraestruturas agrícolas;

i) monitorar os projectos agrícolas e/ou construção de pequenos empreendimentos, nomeadamente barragens de terra, estaleiros, silos, diques, tanques, banheiros e outras obras de alvenaria;

j) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

3. O Departamento de Empreendimentos Hidro-Agrícola é dirigido por um responsável com o cargo de chefe de departamento e compreende a estrutura seguinte:

- a) Secção de Apoio à Construção de Empreendimentos Hidro-Agrícolas;
- b) Secção de Gestão de Empreendimentos Hidro-Agrícolas.

ARTIGO 14.º
(Secção de Apoio à Construção de Empreendimentos Hidro-Agrícolas)

1. À Secção de Apoio à Construção de Empreendimentos Hidro-agrícolas compete, em especial:

- a) promover e realizar concursos públicos para a construção de empreendimentos hidro-agrícolas;
- b) elaborar manuais técnicos de manutenção de empreendimentos hidro-agrícolas;
- c) inspeccionar o estado de conservação dos empreendimentos hidro-agrícolas;
- d) assessorar e fiscalizar as obras em construção de empreendimentos hidro-agrícolas do Sector;
- e) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. A Secção de Apoio à Construção de Empreendimentos Hidro-Agrícolas é dirigida por um responsável com o cargo de chefe de secção.

ARTIGO 15.º
(Secção de Gestão de Empreendimentos Hidro-Agrícolas)

1. A Secção de Gestão de Empreendimentos Hidro-Agrícolas compete, em especial:

- a) elaborar a política de gestão e exploração dos empreendimentos hidro-agrícolas e proceder a inventariação dos mesmos;
- b) apoiar e classificar os empreendimentos hidro-agrícolas;
- c) propor os mecanismos de coordenação dos planos físicos e financeiros dos projectos inerentes ao respectivo objecto social;
- d) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. A Secção de Gestão de Empreendimentos Hidro-Agrícolas é dirigida por um responsável com o cargo de chefe de secção.

ARTIGO 16.º
(Secretariado de Direcção)

1. O Secretariado de Direcção é a unidade de serviço da Direcção Nacional de Engenharia Rural responsável pela coordenação e controlo das actividades administrativas.

2. Ao Secretariado de Direcção compete, em especial:

- a) controlar e registar a entrada de toda a documentação e a sua distribuição aos departamentos e secções e demais órgãos ou serviços do Ministério e de outras instituições;
- b) proceder a expedição de toda a documentação;
- c) coordenar e executar o trabalho de dactilografia, digitalização e informática;
- d) assegurar o cumprimento das orientações relativas ao controlo da pontualidade e assiduidade bem como a elaboração do mapa de efectividade mensal do pessoal da Direcção;
- e) providenciar o controlo do património, zelar pela higiene e pelo fornecimento do material do consumo corrente para o bom funcionamento e execução das tarefas da Direcção;
- f) organizar o arquivo da documentação da Direcção;

3. O Secretariado da Direcção é dirigido por um responsável com o cargo de chefe de secção.

CAPÍTULO III Disposições Finais

ARTIGO 17.º (Competências dos chefes de departamento)

Aos Chefes de Departamentos compete, em especial:

- a) organizar, orientar e coordenar os serviços do departamento;
- b) assegurar a execução das tarefas fundamentais do departamento;
- c) providenciar o controlo da assiduidade e pontualidade dos respectivos funcionários;
- d) elaborar e apresentar periodicamente os planos de actividade do respectivo departamento e os relatórios sobre o grau de execução dos mesmos;
- e) assinar os termos de abertura e encerramento dos livros em uso no respectivo departamento;
- f) tomar iniciativa e decidir sobre todas as tarefas já programadas e prestar contas da sua execução ao director nacional;
- g) dirigir, orientar e coordenar as actividades dos chefes das respectivas secções;
- h) coordenar as actividades e assegurar a disciplina necessária nas respectivas secções;
- i) despachar com o director nacional;
- j) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

ARTIGO 18.º (Competências dos chefes de secção)

Aos Chefes de Secções compete, em especial:

- a) assegurar o cumprimento das tarefas alocadas à secção e controlar a sua execução;
- b) dirigir e coordenar os trabalhos da secção, respondendo pelo seu cumprimento;

- c) despachar com o respectivo chefe de departamento;
- d) manter a disciplina na secção;
- e) controlar a pontualidade e assiduidade dos funcionários da respectiva secção;
- f) elaborar e apresentar periodicamente os planos de actividades da Secção e respectivos relatórios;
- g) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou determinação superior.

ARTIGO 19.º (Quadro de pessoal)

O quadro de pessoal da Direcção Nacional de Engenharia Rural é o que consta do Anexo I ao presente regulamento interno, do qual é parte integrante.

ARTIGO 20.º (Organigrama)

O organigrama da Direcção Nacional de Engenharia Rural é o que consta do Anexo II ao presente regulamento interno, do qual é parte integrante.

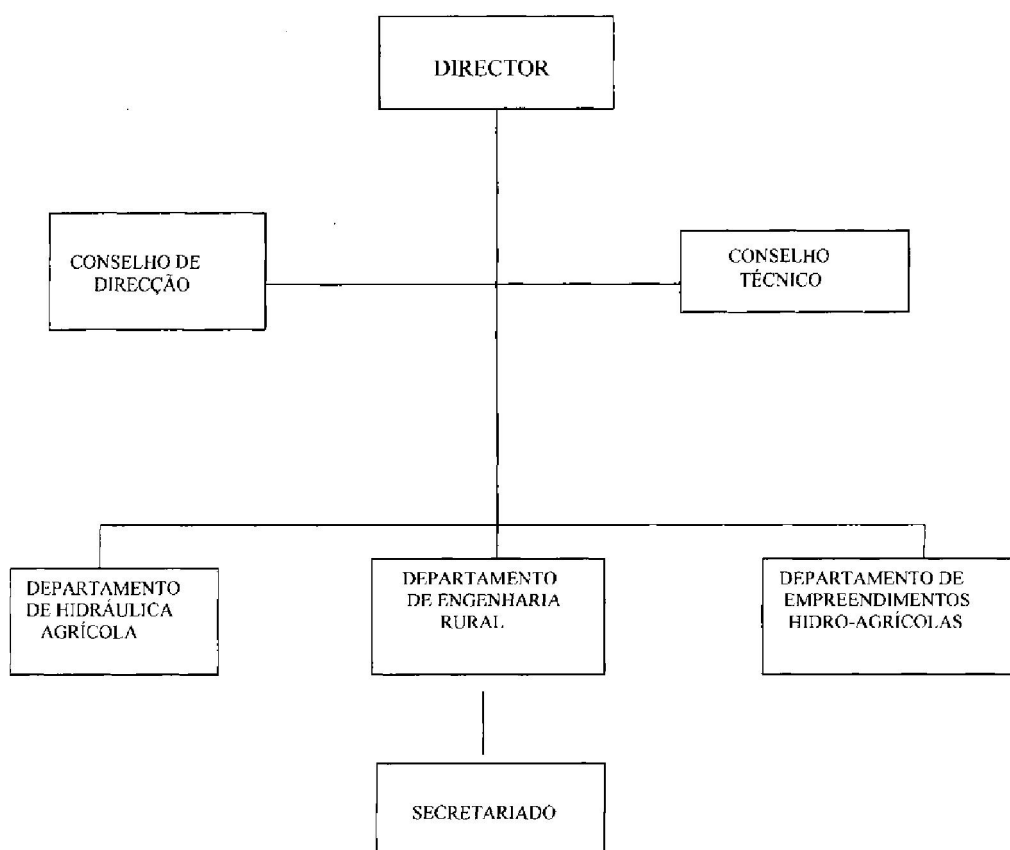
ANEXO I

Quadro de pessoal a que se refere o artigo 19.º do regulamento interno que o antecede

Grupo de pessoal	Categoria/Cargo	N.º de lugares
Direcção e Chefia	Director	1
	Chefe de Departamento	3
	Chefe de Secção	7
Técnico Superior	Assessor Principal	2
	1.º Assessor	2
	Assessor	4
	Técnico Superior de 1.ª Classe	4
	Técnico Superior de 2.ª Classe	4
Técnico	Técnico de 1.ª Classe	4
	Técnico de 2.ª Classe	1
	Técnico de 3.ª Classe	2
Técnico Médio	Técnico Médio Principal de 1.ª Classe	2
	Técnico Médio Principal de 2.ª Classe	2
	Técnico Médio Principal de 3.ª Classe	2
	Técnico Médio de 1.ª Classe	2
	Técnico Médio de 2.ª Classe	2
	Técnico Médio de 3.ª Classe	2
Administrativo	1.º Oficial	1
	2.º Oficial	1
	3.º Oficial	1
	Aspirante	1
	Escriturário-Dactilógrafo	1
Auxiliar	Motorista de Ligeiros de 2.ª Classe	1
	Auxiliar de Limpeza Principal	1

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

ANEXO II
Organigrama da Direcção Nacional de Engenharia Rural a que se refere o artigo 20.º
do regulamento interno que antecede



O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Decreto Executivo n.º 181/13
de 30 de Maio

Havendo necessidade de se regulamentar a estrutura e funcionamento do Gabinete de Gestão de Terras Agrárias a que se refere o artigo 14.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, aprovado por Decreto Presidencial n.º 228/12, de 3 de Dezembro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É aprovado o regulamento interno do Gabinete de Gestão de Terras Agrárias do Ministério da Agricultura, anexo ao presente Decreto Executivo, do qual é parte integrante.

2.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro da Agricultura.

3.º — O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Maio de 2013.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**REGULAMENTO INTERNO DO GABINETE
DE GESTÃO DE TERRAS AGRÁRIAS**

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

ARTIGO 1.º
(Definição)

O Gabinete de Gestão de Terras Agrárias, abreviadamente designada por GGTA, é o serviço encarregue de executar as políticas e estratégias referentes à gestão de terras para a agricultura, pecuária e florestas.

ARTIGO 2.º
(Atribuições)

No âmbito das atribuições estabelecidas por artigo 14.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura «MINAGRI» incumbe, em especial, ao Gabinete de Gestão de Terras Agrárias:

- a) promover estudos conducentes à materialização da política traçada para o uso e aproveitamento de terras para o desenvolvimento da agricultura, pecuária e das florestas;
- b) intervir na emissão de títulos de concessão de terras para fins agro-silvo-pastoris, nos termos da lei;